

## **Desejada modernização: Campina Grande, Imagens e História**

Severino Cabral Filho\* - UFCG/PPG-UFPB

O presente trabalho trata de um embate entre a tradição e o moderno, e o seu ponto de partida é, até certo ponto, peculiar. Estamos considerando duas imagens tratando de um mesmo objeto: por um lado, uma imagem *discursiva* emitida por um eminente advogado e intelectual campinense; por outro lado, uma imagem *fotográfica* cuja autoria, até o presente, nos é desconhecida. As duas imagens versam sobre as implicações da feira livre da cidade de Campina Grande, Paraíba, no decorrer das décadas de 1930 e 1940.

Quando consideramos que há entre essas duas imagens o estabelecimento de um conflito envolvendo a tradição e a idéia de moderno estamos nos reportando a práticas sociais populares arraigadas no seio de uma cidade com fortes traços rurais, cujos hábitos e formas de estar no mundo são o resultado de vivências herdadas desde tempos remotos. Na contra mão desses hábitos e com o claro objetivo de desarticulá-los, procurou-se instituir, através de um discurso fundado na cientificidade e na idéia de progresso, novas práticas e hábitos sociais que, na visão dos emissores dessas premissas modernizantes, constituiriam o estabelecimento de uma vida moderna e civilizada em Campina Grande.

No dia 12 de junho de 1940, o jornal *Voz da Borborema*<sup>1</sup>, publicou um artigo intitulado “O Mercado Público”, de autoria do bacharel em direito Carlos Alencar Agra, um dos mais importantes intelectuais de Campina Grande. Como veremos, esse texto está atravessado por muitas das categorias constitutivas do ideário moderno que tão forte influência exerceu sobre os homens de letras e sobre os reformadores urbanos europeus e brasileiros desde o século XIX, ideário que cimentou pensamentos e ações orientados para o estabelecimento e legitimação de uma nova ordem social fundada na racionalidade científica, promotora do progresso.

O artigo elogia a *moderna* iniciativa do prefeito Bento Figueiredo que

Numa larga visão de *administrador moderno*<sup>2</sup>, apoiado nas observações pessoais no que tange à arquitetura, colhidas no sul do país, teve o acerto de, com o bom senso e sentimento estético que lhe são inerentes, engrandecer Campina com um mercado público, obra portentosa que se ergue no planalto das Pitombeiras desta cidade.

Carlos Agra recorre aos seus conhecimentos em História para justificar a edificação do Mercado Novo na cidade apresentando-o como “fator primacial do

progresso”, progresso para o qual deveria concorrer toda a atenção dos poderes públicos.

A função social e a influência que exerceram os mercados na evolução dos povos, no desenvolvimento do comércio e da civilização cabe o justo título de fator primacial do progresso. Não foi sem fundamento que se erigiu em doutrina a “Interpretação Econômica da História”, de vez que, constatado ficou ser o fator econômico a pedra fundamental sobre que repousa todo o edifício da sociedade. Condição de vida, sustentáculo da conservação de indivíduos e nações – o fator econômico, que continua imprimindo ao movimento social e a vida mesma do homem fisionomia e formas que são, positivamente, o reflexo da natureza, crescimento e evolução da produção e da troca – deve ser encarado pelos poderes públicos com a devida atenção que lhe é merecida.

O nosso letrado não deixa de valorizar a importância estratégica da contribuição fiscal da cidade para os cofres do Estado, ao mesmo tempo em que lhe atribui importância infra-estrutural e humaniza-a ao dotá-la de valores intelectuais próprios a homens como ele, valores inconciliáveis com a mácula que a feira representava para as suas ruas centrais. Essa abordagem em torno dos “tipos humanos” misturados em práticas puramente mercantilistas feita pelo bacharel Agra nos lança algumas luzes sobre o pensamento de pessoas como ele a respeito da condição humana ao mesmo tempo em que estabelece uma base científica respaldada na História e na Economia sobre a qual repousaria um insistente e recorrente discurso contra a prática das feiras livres no centro de Campina Grande.

Campina Grande, que é por excelência a fonte donde promana a mais valiosa contribuição econômica em prol do Estado, cuja veia arterial que é o comércio, se desdobra em múltiplas atividades – não podia continuar sem mercado. De outro lado, dotada de saneamento e culta que já é, se enxovalhava com a permanência das feiras no dorso de sua rua principal.

Em seguida, Carlos Agra recheia o seu texto com o discurso preconceituoso com o qual muitos daqueles homens de letras emitiam, indiscriminadamente, as suas impressões sobre determinados hábitos comuns às camadas sociais constitutivas daquela sociedade – a “justaposição heterogênea de tipos humanos” – e as suas práticas sócio-culturais, mas não sem basear-se nas recentes premissas alardeadas pelo saber médico, saber que buscava, com esforço titânico, introduzir novos hábitos no meio urbano condenando práticas tidas como anti-higiênicas e insalubres cujo corolário era a idéia de promiscuidade, incompatível com o progresso em sua cidade. O autor reconhece a praxe, o hábito arraigado das feiras livres naquela sociedade mas, ao decretar a sua incompatibilidade com o progresso, reivindica a sua morte.

As feiras constituídas por uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura, etc. e ainda por um estoque de mercadorias, inequivocadamente, representam a mais visível expressão de promiscuidade. Nesse ambiente, laços que unem pessoas e bens, outros não podem ser senão as relações mercantilistas, interesseiras, de fundo puramente biológico. A praxe das feiras já não se coadunava com o progresso de Campina Grande.

Por fim, amplia o leque de possibilidades do seu texto ao associar o novo mercado a padrões estéticos onde a funcionalidade implicaria uma noção de *ordem* cujo objetivo seria o de retirar de Campina Grande traços *provincianos* e *sertanejos* emblematizados nessas “aglomerações humanas periódicas”. O que esse discurso deixa transparecer, a nosso juízo, é um desejo fervoroso de Carlos Agra – e daqueles que compartilhavam de suas idéias – de dotar a sua cidade de uma fisionomia urbana moderna, de acordo com os padrões urbanos planejados e desenvolvidos na Europa. Importava para isto a eliminação de todo e qualquer sinal de província e de sertão que Campina Grande ainda guardasse, sacrificando-lhe aspectos caros à sua constituição histórica.

O mercado novo em construção vem dar a Campina Grande um sentido de ordem na sua economia. Sob o ponto de vista estético, não é menos notável o valor que representa desde que, com o seu funcionamento se evitam essas aglomerações humanas periódicas que dão uma totalidade provinciana de cidade sertaneja.

Ao que parece nos colocamos diante de um discurso que exemplifica a projeção dos desejos dos seus letrados que, através dos canais oferecidos pela imprensa escrita, e conhecedores das transformações modernizantes que varriam não apenas a Europa desde a segunda metade do século XIX, mas também as principais cidades brasileiras desde as décadas iniciais do século XX, poderiam dar vazão aos seus devaneios modernos e com estes projetar mentalmente um modelo de modernização para Campina Grande.

Passemos agora a operar a tentativa de leitura da imagem fotográfica referida acima, buscando contextualizá-la com a mensagem de Carlos Agra, emitida três anos após da produção desta fotografia.

Esta foto data do ano de 1937, e representa a feira da cidade, à rua Cardoso Vieira, centro de Campina Grande.



Acervo do Museu Histórico de Campina Grande

Para proceder à leitura referida tomaremos como norte teórico o *paradigma indiciário*, que tem como base os *vestígios* dos quais as imagens fotográficas são fontes inesgotáveis, através do qual possamos chegar a uma aproximação deste período pela via da verossimilhança, procurando compreender as experiências cotidianas partilhadas neste universo. Isto nos permite pensar o verossímil como efeito ou possibilidade do real. Interessa-nos compreendermos existências humanas eternizadas nessas imagens e as suas relações com a sociedade da qual fizeram parte.

Contemplar essa imagem, analisando-a e confrontando-a com o artigo referencial do bacharel Carlos Alencar Agra poderemos aproximarmo-nos razoavelmente da verossimilhança, do caráter plausível que essa mensagem expressa. Claro que não se trata de buscar, com esse procedimento, uma verdade cartesiana, absoluta da realidade social. Estamos certos que as imagens fotográfica e discursiva suscitam em nós sensações únicas e, assim sendo, não podemos desconsiderar o grau de subjetividade do qual a nossa análise estará plena.

Barthes<sup>2</sup> já nos ensinou que a imagem fotográfica não é o real, mas o seu análogo. O que uma fotografia pode atestar é uma determinada presença de algo ou alguém que esteve diante da objetiva em um dado momento. Portanto, estando diante de uma fotografia estamos diante de uma representação que se diferencia do mundo real mas, através de signos específicos desse real, conduz a uma representação orientada, fruto de uma opção.

Esta premissa nos conduz à dimensão epistêmica que as imagens em apreço podem reter, isto é, elas tornam-se um instrumento de conhecimento porque através das informações nelas contidas podemos vir a conhecer objetos, lugares, pessoas, desejos e projeções mentais que contribuem para a compreensão dos embates próprios de sua época, para uma certa visão e interpretação do mundo.

Campina Grande, como tantas outras cidades brasileiras, também serviu de palco para experiências modernizadoras bem ao estilo dos vitoriosos projetos arquitetônicos iniciados pelo Barão Haussman em Paris e que, no Brasil, teve nas reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, sob administração Pereira Passos, o seu exemplo maior.

Como vimos no artigo do bacharel Agra, a tradicional realização das feiras livres nas áreas centrais de Campina Grande foi um dos motes a partir dos quais os letrados locais reivindicaram a instituição do progresso e da civilidade na cidade, reclamaram por sua higienização, e um dos símbolos desta luta foram as recorrentes solicitações por uma área específica para a comercialização de produtos – sobretudo os gêneros alimentícios –, para um local seguro e, acima de tudo, salubre. Foi, portanto, nesse clima *modernizante* que se buscou, em nome de uma certa idéia de progresso, erradicar-se hábitos populares como, por exemplo, comprar e comer as frutas na própria feira para logo em seguida atirar ao chão as suas cascas.<sup>3</sup>

A esse preciosismo higiênico juntam-se as preocupações com a manipulação pouco cuidadosa dos alimentos por feirantes e consumidores e os possíveis riscos que esses descuidados procedimentos poderiam acarretar para a saúde do povo campinense. Tais preocupações revelam o medo de infecções e contágios que remontam aos tempos das teorias miasmáticas.

Para além das preocupações voltadas especificamente para a salubridade, tais apelos apresentaram também uma faceta moral: não foram poucas as vezes que clamaram contra a presença das prostitutas que passeavam pelas feiras, desafiando as zelosas e honradas donas de casa que para ali se dirigiam para realizar as suas compras.<sup>4</sup>

Certamente estamos diante de uma imagem paradoxal, uma vez que um dos valores mais caros ao ideário moderno é o trabalho, uma categoria fundadora de uma determinada ética social que deveria ordenar valores, comportamentos e ações.

Olhando bem para essa imagem verificaremos que ela está plena de trabalho. O seu caráter paradoxal reside no fato de que, se atentarmos para o enquadramento da imagem veremos que a feira foi disposta de uma forma quase que caótica, em contraponto com a ordem geométrica das edificações e das pedras do calçamento que

lhes servem de cenário. Vemos uma quantidade considerável de pessoas aparentemente desordenadas num fluxo que sugere desordem, desleixo.

Essa imagem certamente justificaria a grita dos letrados campinenses contra a promiscuidade existente nesses locais de comércio: observemos as frutas expostas ao chão, ou mal acondicionadas em cestos e sacos aparentemente precários, em contato direto com as pedras do calçamento. É até possível que os cestos que acondicionam as frutas sejam os mesmos que também aportam nas cabeças dos carregadores, com as suas precárias e sujas vestimentas e os seus pés descalços.

Vemos algumas pessoas agachadas – provavelmente consumidores ou vendedores manuseando esses produtos. Atentemos para as proximidades dos cestos e veremos o que parece ser algum tipo de lixo ou cascas de frutas atiradas ao chão bem ao gosto da tradição popular, o que levou muita gente influente da cidade a reclamar contra os inevitáveis escorregões sofridos por aqueles que por ali se aventuravam.<sup>5</sup> As barracas retratadas dão-nos a impressão de que vão desmoronar a qualquer momento o que, certamente, acarretaria perigo para quem por ali passasse.

Portanto, a chave para entender o paradoxo nessa fotografia é a idéia de *ordem* recorrentemente presente nos discursos e ideário dos letrados – tal como vimos no artigo do bacharel Carlos Agra. O trabalho realizado na feira é um trabalho pleno de desordem, é um trabalho anti-higiênico, inestético, sobre o qual talvez a autoridade institucional não tenha muito controle.

Poderíamos, através dessa breve leitura julgarmos que essa foto teria se prestado às justificativas dos letrados campinenses nas suas reivindicações por um novo mercado para Campina Grande. Todavia, as imagens fotográficas para além de expressarem determinadas demandas do poder, determinados feitos do poder em toda a sua pretensa eficiência, prestam-se também para representar imagetivamente os trabalhadores e, em consequência, permitem uma leitura que possibilita uma elaboração de sua existência social e, nesse sentido, uma leitura mais ampliada da cidade.

É necessário que se considere a dimensão epistêmica dessa imagem, isto é, esta fotografia como instrumento de conhecimento na medida em que ela nos informa sobre objetos, lugares e pessoas, o que nos permite imaginarmos o passado que ela representa, considerando estilos de vida, hábitos sociais, estratégias de sobrevivência e, um dado importante, a presença ostensiva dos pobres na cena urbana, tomando-lhes o primeiro plano.

Percebamos a quantidade de crianças circulando nesse universo comercial, muitas delas em atividade de trabalho. Nesse sentido, podemos imaginar a feira no seu caráter pedagógico, contribuindo para a introjeção dos valores do trabalho numa

sociedade na qual um dos mais caros sentidos na sua constituição imaginária foi exatamente a sua identificação com a atividade produtiva: estava-se, talvez, implementando-se os alicerces simbólicos da futura “Campina Grande, capital do trabalho”.<sup>6</sup>

Como não vemos nessa imagem muito da *tradição* do comércio popular de Campina Grande? A maior parte das pessoas retratadas nessa imagem é constituída aparentemente por pobres. Atente-se para os pés descalços, os chapéus puídos, as roupas desgastadas ou rasgadas. A pobreza que essa imagem da tradição expressa fere o senso estético de sua ilustrada elite. Mas para além dos devaneios estéticos dessa elite que condenava os pobres na sua feiúra, é importante atentarmos para o que essa imagem pode nos revelar acerca das condições de sobrevivência desses homens e mulheres, comerciantes e consumidores aqui retratados.<sup>7</sup>

Essa fotografia revela que a feira em Campina Grande é um mundo a ser descortinado, para além de suas precípuas atividades comerciais. Percebamos também certos hábitos populares que apontam para a descontração: escorar-se às paredes para a conversa entre prováveis amigos indica este ambiente como um espaço de sociabilidade e enraizamento. Lugar de inocência: duas crianças caminham, abraçadas, pela calçada à esquerda, em aparente indiferença ao movimento à sua volta.

O contraponto a generalizada pobreza retratada nessa fotografia é o casal que se aproxima da feira, em trajes sóbrios. Observemos a sua vestimenta: o homem de sobrecasaca e chapéu escuros e a mulher, de vestido igualmente escuro, talvez preto. Parecem ser pessoas que não fazem parte do mundo propriamente dito das atividades feirantes. Pelos seus trajes podemos imaginar que não são feirantes, mas pessoas de um poder aquisitivo maior. De braços dados, aparentam estar observando o movimento, mas, talvez, sejam igualmente consumidores que recorriam às feiras livres para abastecer as suas mesas das frutas e demais mercadorias ali expostas, compondo o universo indistinto descrito pelo bacharel Agra como “uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura”, em pleno ato de promiscuidade.

Talvez seja prematuro afirmar que algumas dessas imagens tenham um caráter deliberadamente político, no sentido de denunciar a exclusão social, a pobreza, etc. O que queremos enfatizar é que nesse esforço para uma produção imagética da cidade de Campina Grande nesse período, alguns fotógrafos tiveram a sensibilidade de registrar cenas urbanas que talvez não expressem as imagens desejadas pela sua elite letrada. São, certamente, imagens paradoxais e que nos permitem pensar que a mensagem fotográfica nos possibilita a identificação de

conflitos e de contradições envolvendo os desejos que pretenderam instituir certo modelo de cidade e a presença opositora de pobres nas ruas centrais da cidade negando tal modelo.

Claro está que aqueles fotógrafos que as produziram tinham intenções bem claras ao apontarem as suas objetivas para determinados pontos da cidade: vislumbraram as suas edificações, as suas praças, o cotidiano de sua gente, as suas festas... E não se pode deixar de observar que certamente estes fotógrafos sofreram influências não apenas de determinados padrões fotográficos consagrados à época, das técnicas e da tecnologia fotográfica então em voga, mas, principalmente, de certo pensamento modernizador que estava na ordem do dia dos letrados campinenses que, por sua vez, os absorvia e alimentava no seu contato diário com o pensamento corrente no Ocidente, sobretudo com o pensamento de administradores e técnicos de cidades brasileiras que passavam por esse processo de profundas reformas. Não esqueçamos que o bacharel Carlos Agra louva o prefeito Bento Figueiredo pela sua iniciativa de administrador moderno e sensibilidade estética. Todavia, essas qualidades atribuídas ao prefeito apenas se justificam em função de suas observações pessoais, do seu contato com o sul do país (onde o prefeito fora observar *in loco* os modelos de arquitetura em voga), região que abrigava a fonte de onde emanavam todas as receitas de modernização para o Brasil.

Por estas razões, os fotógrafos que revelaram Campina Grande pretenderam mostrá-la como uma cidade moderna ou, pelo menos, desejaram fazê-lo através de sua produção. No entanto, não obstante toda a influência de natureza cultural e tecnológica que eles sofreram, as imagens que estes fotógrafos lograram deixar-nos como herança talvez não seja a cidade do desejo dos seus administradores à época porque, assim parece-nos, a produção dessas imagens não foi realizada para atender a demandas do poder público campinense.<sup>8</sup>

Os acervos fotográficos transformados em fonte de pesquisa ativam uma forma peculiar de recepção. Agora o que prevalece é a ação do pesquisador sobre um material do qual ele deseja extrair significados que, a rigor, não estão necessariamente dados nas imagens examinadas. Claro está que o referente fotográfico é sempre o ponto de partida: ele nos permite a visualização de modos e modas, formas de trabalho, tipos de diversão, etc. Mas, de acordo com Bourdieu, “o que é fotografado e o leitor da fotografia apreende, não são propriamente os indivíduos, em sua particularidade singular, mas os papéis sociais...”<sup>9</sup>. Na verdade o pesquisador busca o conflito, aquilo que não está explicitado ou, pelo menos, que não está evidente nas imagens; procura as razões e os significados dessas imagens, a que representações elas poderão conduzir.

Recorrer a imagens que não foram produzidas para o pesquisador, imagens que são apenas fragmentos de um determinado momento histórico, e a partir delas ousar significar o passado, implica para o pesquisador recorrer a um amplo jogo de construção no qual a imaginação desempenha um papel fundamental. A recepção que o historiador faz a tais imagens, buscando interpretá-las, passa necessariamente pelo filtro cultural no qual ele está inserido e, na busca da interpretação desse desconhecido, diante da possibilidade de atribuir-lhe novos significados, de aproximar-se desse passado pela via da verossimilhança, há a necessidade de explorarem-se outros tipos de fontes de pesquisa – tal como estamos tentando fazer com fontes escritas deixadas por letrados campinenses. Assim, o trabalho de recepção às imagens fotográficas passa por um processo de ampliação.

Importa que em seus desejos de modernização, ao condenar e demonizar hábitos populares arraigados e, ao mesmo tempo, reivindicar para Campina Grande um modelo de cidade que lhe era estranho, a elite letrada campinense – aqui representada pelo artigo que herdamos do senhor Carlos Agra – nada mais fez que projetar imaginariamente um modelo de cidade que estava ainda longe de concretizar-se.

A Campina Grande dos anos 1930 e 1940 ainda estava impregnada de valores e hábitos sociais fundados na tradição e cuja maior parte da população sequer compreendia ou se importava com os reclames de setores de suas elites pela modernização da cidade. Conceitos como higienização profilática, saneamento e salubridade estavam distantes dos horizontes de pessoas que costumavam comer frutas na feira e, pelas ruas nas quais elas funcionavam, abandonarem as suas cascas.

Essas imagens nos permitem imaginarmos uma determinada realidade social que, em função da insistência dos cronistas e autoridades que desejavam um novo mercado para a cidade, pode ser lida como um símbolo de resistência de uma população afeita a certas práticas culturais cuja liberdade era assegurada pelo espaço amplo e a céu aberto que algumas ruas do centro de Campina Grande asseguravam.

---

\* O Autor é Professor de História Contemporânea na Universidade Federal da Campina Grande e doutorando em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba.

<sup>1</sup> O jornal *Voz da Borborema*, criado na cidade de Campina Grande, circulou de 1937 a 1940 e pertencia à família do interventor federal no Estado da Paraíba Argemiro de Figueiredo.

• Os grifos são nossos.

<sup>2</sup> Veja-se *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

<sup>3</sup> Essa discussão e a grita dos letrados em prol da construção de um novo mercado público para abrigar este tipo de comércio data do início dos anos 1930: veja-se a esse respeito o trabalho de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 265.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 264.

<sup>6</sup> A elite campinense sempre esteve atenta quanto à criação de epítetos grandiloquentes com os quais atribuíam e continuam atribuindo valores simbólicos e reais à Campina Grande: “Liverpool brasileira”; “Capital do trabalho”; “Rainha da Borborema”... Foram expressões que se prestaram a fixar no imaginário campinense uma valorização positiva de sua cidade.

<sup>7</sup> Veja-se KOURY, Mauro G. P. Fotografia e cidade. In KOURY, Mauro G. P. (org.) *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Editora da UFPB, 1998 (p. 109-117).

<sup>8</sup> Há indícios que sugerem que grande parte da documentação fotográfica que temos é um produto do trabalho dileitante de fotógrafos que viveram e trabalharam em Campina Grande, o que a diferencia de conhecidos centros urbanos brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, cujas administrações municipais contrataram fotógrafos para documentar os seus processos de transformação urbana, o que resultou em álbuns fotográficos marcado por uma *intencionalidade* imagética que se prestou ao atendimento das demandas destas administrações.

<sup>9</sup> Apud. LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo, Edusp, 1993, p. 95.